



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO N.º : 20090000866
UNIDADE AUDITADA : Banco do Brasil S.A (BB)
CÓDIGO UG : 179084
CIDADE : BRASÍLIA
RELATÓRIO N.º : 224074
UCI EXECUTORA : 170961

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 224074, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o Processo Anual de Contas apresentado pelo BANCO DO BRASIL S.A.

I - INTRODUÇÃO

2. Os trabalhos de campo foram realizados no período de 16/03/2009 a 29/04/2009, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do Processo de Contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames, exceto quanto à não apresentação de documentos e informações referentes ao detalhamento dos gastos com Cartão Corporativo, conforme detalhado no item 2.1.1.1, e quanto à apresentação intempestiva das informações detalhadas dos funcionários cedidos pela entidade, conforme consta no item 3.1.2.1, ambos do Anexo - "Demonstrativo de Constatações" deste Relatório. Os exames realizados contemplaram os seguintes itens:

- AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS
- QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES
- TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS
- REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS
- REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
- CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU
- RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS
- ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

- SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES
- CONTEÚDO ESPECÍFICO

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Os exames realizados resultaram na identificação das constatações listadas detalhadamente no Anexo - "Demonstrativo das Constatações" e que dão suporte às análises constantes neste Relatório de Auditoria.

4. Verificamos no Processo de Contas da unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pelas IN-TCU-57/2008 e pelas DN-TCU-94/2008 e 97/2009, com exceção das Atas dos Conselhos de Administração e Fiscal e dos Relatórios de Avaliação dos Controles Internos. Entretanto, conforme descrito no item 5.2.2.1 do Anexo - "Demonstrativo das Constatações" deste Relatório, esse assunto foi tratado diretamente com o Tribunal de Contas da União, em reunião da qual participaram representantes desta CGU e da Auditoria Interna da unidade jurisdicionada, na qual foi apresentada, pelos gestores, e acatada a proposta de disponibilização desses documentos no Banco para vistas.

5. Em acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-94/2007, e em face dos exames realizados, cujos resultados estão consignados no Anexo - "Demonstrativo das Constatações", apresentamos as seguintes informações:

5.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

Para acompanhamento dos Programas e Ações executados pelo Banco do Brasil foi realizada análise no nível de "ações" em virtude do seu cadastramento no Sigplan como unidade orçamentária (UO) de algumas ações sob responsabilidade do Ministério da Fazenda.

Na tabela a seguir, apresentamos os 27 programas e 48 ações que têm como UO o Banco do Brasil:

Listagem de Programas com UO Banco do Brasil - referência 2008

Programa		Tipo de Programa	Órgão	Ações		Tipo de Ação
0352	Abastecimento Agroalimentar	Finalístico	MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	9490	Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções (BB Garantia de Preço)	Não Orçamentárias
				9340	Concessão de Crédito Rural	Não Orçamentárias
				9487	Negócios com Cooperativas	Não Orçamentárias
1049	Acesso à Alimentação	Finalístico	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	90CD	Construção de Cisternas na Região do Semi-Árido	Não Orçamentárias
0351	Agricultura Familiar - PRONAF	Finalístico	MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário	9A97	Apoio a Atividades Produtivas para o Desenvolvimento Regional Sustentável	Não Orçamentárias
				9331	Concessão de Crédito para Agricultores Familiares (Pronaf/FAT)	Não Orçamentárias
0781	Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	Finalístico	MF - Ministério da Fazenda	3252	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	Projeto
				4106	Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento	Atividade
0135	Assentamentos para Trabalhadores Rurais	Finalístico	MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário	90BP	Apoio a Atividades Produtivas para o Desenvolvimento Rural Sustentável em Assentamentos	Não Orçamentárias

1209	Banco para Todos	Finalístico	MF - Ministério da Fazenda	9758	Concessão de Crédito à População de Baixa Renda	Não Orçamentárias
				9757	Conta Simplificada	Não Orçamentárias
				9A85	Consórcio de Eletroeletrônicos e Demais Bens Duráveis	Não Orçamentárias
				9A91	Crédito Facilitado para Aposentados e Pensionistas do INSS	Não Orçamentárias
				9B07	Plano de Previdência Complementar Aberta	Não Orçamentárias
				90CE	Seguro de Vida para Pessoas de Baixa Renda	Não Orçamentárias
1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	Finalístico	ME - Ministério da Educação	90CO	Alfabetização de Jovens e Adultos - BB Educar	Não Orçamentárias
0167	Brasil Patrimônio Cultural	Finalístico	MC - Ministério da Cultura	9724	Preservação e Difusão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (BB)	Não Orçamentárias
1336	Brasil Quilombola	Finalístico	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	9A98	Apoio Sustentável a Atividades Produtivas de Comunidades Quilombolas	Não Orçamentárias
1433	Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres	Finalístico	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	90EN	Apoio Sustentável a Atividades Produtivas e de Promoção da Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho	Não Orçamentárias
0812	Competitividade das Cadeias Produtivas	Finalístico	MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	9725	Financiamentos de Investimentos Empresariais	Não Orçamentárias
0419	Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte	Finalístico	MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	9367	Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (BB - Capital de Giro)	Não Orçamentárias
				9365	Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (BB - Investimento)	Não Orçamentárias
0412	Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora	Finalístico	MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	9A83	Ampliação de Exportações On-Line - Balcão de Comércio Exterior	Não Orçamentárias
				9364	Capacitação de Empresários em Comércio Exterior	Não Orçamentárias
				9374	Financiamento à Exportação (ACC/ACE)	Não Orçamentárias
				9A82	Inserção de Micro e Pequenas Empresas no Comércio Exterior	Não Orçamentárias
1342	Desenvolvimento Sustentável da Pesca	Finalístico	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	9A93	Apoio a Atividades Produtivas Relacionadas à Pesca	Não Orçamentárias
1334	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	Finalístico	MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário	9A97	Apoio a Atividades Produtivas para o Desenvolvimento Regional Sustentável	Não Orçamentárias
1442	Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	Finalístico	MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	90ES	Apoio a atividades produtivas para o desenvolvimento da caprinocultura, equideocultura e ovinocultura	Não Orçamentárias
				90ET	Apoio a atividades relacionadas à agricultura orgânica	Não Orçamentárias
				90EI	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Cajucultura	Não Orçamentárias
				90EL	Manejo e Conservação de Solo pela Aplicação de Tecnologias Sociais - Barraginhas	Não Orçamentárias
1377	Educação para a Diversidade e Cidadania	Finalístico	ME - Ministério da Educação	90C1	Capacitação para Acompanhamento de Projetos Sociais - Educação Cidadã	Não Orçamentárias
				90C2	Promoção de Atividades Socioeducativas, Culturais, Esportivas e de Saúde - AABB Comunidade	Não Orçamentárias
1266	Gestão da Política Econômica	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	MF - Ministério da Fazenda	9A90	Crédito Facilitado para Trabalhadores	Não Orçamentárias

1008	Inclusão Digital	Finalístico	MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	909P	Estação Digital	Não Orçamentárias
				909J	Rede de Telecentros Comunitários	Não Orçamentárias
0807	Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Atividades Padronizadas	3286	Instalação de Bens Imóveis	Projeto
				4103	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	Atividade
				4101	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	Atividade
				4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	Atividade
0168	Livro Aberto	Finalístico	MC - Ministério da Cultura	9A86	Bibliotecas Comunitárias	Não Orçamentárias
1387	Microcrédito Produtivo Orientado	Finalístico	MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	909U	Crédito Produtivo Orientado a Microempreendedores Populares	Não Orçamentárias
1025	Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO	Finalístico	Ministério da Integração Nacional	9B04	Apoio a Atividades Produtivas Prioritárias para o Desenvolvimento das Mesorregiões	Não Orçamentárias
0120	Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira	Finalístico	Ministério da Integração Nacional	9B03	Apoio Atividades Produtivas para o Desenvolvimento das Regiões da Faixa de Fronteira	Não Orçamentárias
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	Finalístico	MMA - Ministério do Meio Ambiente	90CB	Fomento ao Desenvolvimento de Atividades de Reciclagem de Resíduos Sólidos	Não Orçamentárias
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	Finalístico	MMA - Ministério do Meio Ambiente	90CC	Apoio a Atividades de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade	Não Orçamentárias
0153	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	Finalístico	Secretaria Especial dos Direitos Humanos	9A88	Adolescente Aprendiz - Banco do Brasil	Não Orçamentárias

Fonte: elaborada pela equipe a partir das informações do Sigplan.

As ações apresentadas são executadas por diretorias do Banco e pela Fundação Banco do Brasil (FBB) e maiores detalhamentos de todas elas são apresentadas no anexo deste relatório, no item 1.1.1.1.

Na análise dos resultados das ações, observou-se que, em dez dessas, as justificativas para as discrepâncias entre o previsto e o realizado em suas metas físicas e financeiras apresentavam fatores que demonstraram inadequação do planejamento realizado em virtude da estipulação de metas sem consideração apropriada de variáveis e cenários necessários. São essas as ações:

- 1) 9B04 - Apoio a Atividades Produtivas Prioritárias para o Desenvolvimento das Mesorregiões (Programa: 1025 - Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO)
- 2) 90CC - Apoio a Atividades de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade (Programa: 1305 - Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental)
- 3) 90BP Apoio a Atividades Produtivas para o Desenvolvimento Rural Sustentável em Assentamentos (Programa: 0135 Assentamentos para Trabalhadores Rurais)
- 4) 9B03 - Apoio Atividades Produtivas para o Desenvolvimento das Regiões da Faixa de Fronteira (Programa: 0120 - Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira)
- 5) 9A97 - Apoio a Atividades Produtivas para o Desenvolvimento Regional Sustentável (Programa: 0351 - Agricultura Familiar - PRONAF)

- 6) 9724 - Preservação e Difusão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (Programa: 0167 - Brasil Patrimônio Cultural)
- 7) 9757 - Conta Simplificada (Programa: 1209 - Banco para Todos)
- 8) 9758 - Concessão de Crédito à População de Baixa Renda (Programa: 1209 - Banco para Todos)
- 9) 909U - Crédito Produtivo Orientado a Microempreendedores Populares (Programa: 1387 - Microcrédito Produtivo Orientado)
- 10) 90EI - Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Cajucultura (Programa: 1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio)

A partir disso, foi emitida a recomendação para que o Banco incluía na metodologia de planejamento de definição de metas, para as ações sob sua responsabilidade, uma maior quantidade e qualidade de variáveis e cenários em que esta ação poderá estar inserida.

Por fim, com o objetivo de avaliar os resultados operacionais da instituição, foram analisados, além de outros itens, os valores de seus indicadores inseridos em seu Plano Diretor.

Esse documento apresentou 18 indicadores para a perspectiva financeira, 44 para clientes, 11 para sociedade, 11 para processos internos e 7 para comportamento organizacional, perfazendo um total de 91 indicadores acompanhados.

Baseando-nos nas informações de resultados operacionais do Plano Diretor da instituição, do indicador de economicidade, do indicador de comprometimento do resultado líquido por perdas operacionais e de itens que compõem os demonstrativos da instituição, consideramos que o Banco apresentou resultado satisfatório no exercício.

5.2 QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES

Os indicadores do Banco do Brasil, para acompanhamento de suas atividades operacionais, foram aqueles apresentados em seu Plano Diretor de 2008, agrupados sob as perspectivas do Balanced Scorecard (BSC), e já foram objeto de análise por esta equipe no exercício anterior, quando foram considerados adequados quanto a sua estrutura.

Foram apresentados ainda, no Relatório de Gestão da entidade, os indicadores Índice de Economicidade e Indicador de Comprometimento do Resultado Líquido por Perdas Operacionais e, quanto a sua construção e relevância para o acompanhamento do desempenho operacional, foram considerados satisfatórios.

No que diz respeito às ações executadas pelo Banco e inseridas no âmbito de "programas de governo", foi realizada análise quanto aos "produtos esperados" de suas respectivas metas físicas.

Efetuada pesquisas no Sigplan e contrapostas às informações encaminhadas no Relatório de Gestão, foram identificadas ações com "produtos esperados" diferentes, para as mesmas ações, no sistema e no Relatório.

A partir disso, foi elaborada e encaminhada para a unidade, uma listagem contendo 38 ações, em que foi observada a falta de padronização de nomenclatura dos "produtos esperados". A unidade informou, então, que faria a padronização dos "produtos" das ações no Relatório de Gestão, mas, no entanto, as alterações das ações 90CO, 9364, 909P e 9A86 continuaram não deixando claro os resultados esperados.

Em virtude da pequena representatividade das ações entre o universo daquelas sob responsabilidade do Banco (8% das 48 ações executadas) e tendo em vista a possibilidade de inclusão/exclusão ou de redefinição qualitativa dessas ações no PPA, orientamos a unidade que proceda a criteriosa avaliação de quais são os produtos esperados para as ações sob sua responsabilidade e adote, a partir disso, esses indicadores como padrão para o fornecimento de informações quanto aos resultados alcançados, a fim de evitar distorções em futuras análises.

Relativamente ao Sistema de Controles Internos (SCI) do Banco, foram analisados os Relatórios de Avaliação dos Controles Internos n.º 20080000647 e n.º 20080001306, relativos aos 1º e 2º semestres de 2008, respectivamente, elaborados em atendimento à Resolução CMN n.º 2554/98.

Os relatórios contemplaram as principais realizações da entidade para aprimoramento de seu SCI no exercício de 2008; as atividades da Diretoria de Controles Internos (Dicoi) para avaliação do SCI do Banco e das subsidiárias integrais no Brasil; as ações no âmbito da Dicoi visando a aprimoramentos no SCI; entre outras ações.

Não foram expedidas recomendações, por parte da Audit, nos relatórios analisados e quanto aos resultados dos trabalhos da Dicoi para avaliação do SCI do Banco e das subsidiárias integrais no Brasil foram apresentadas as seguintes conclusões:

"a) a Diretoria Executiva do Banco do Brasil e a estrutura de Governança das Subsidiárias Integrais adotam medidas que garantem a segurança dos ativos, a fidedignidade e transparência das informações contábeis e gerenciais, a identificação e avaliação dos riscos e controles;

b) o Sistema de Controles Internos é satisfatório e adequado ao porte das Empresas, à complexidade dos negócios e aos riscos a que estão expostos (...);

c) os controles estabelecidos são continuamente aprimorados, visando garantir a conformidade com a legislação em vigor, com as orientações dos Órgãos Reguladores, com as Políticas e Estratégias estabelecidas e o alinhamento às melhores práticas de Governança Corporativa."

E como parte da conclusão da Audit, em ambos os Relatórios de Avaliação dos Controles Internos, foi informado que:

"o Sistema de Controles Internos do Banco do Brasil é robusto e efetivo, atua em ambiente dinâmico e complexo e reflete a evolução das exigências regulatórias, do sistema normativo e dos órgãos reguladores domésticos e internacionais, na busca de alinhamento às boas práticas de mercado."

A equipe considerou, portanto, adequados os trabalhos realizados pela instituição para o aprimoramento do seu SCI, tomando como base as análises expostas pela Audit, bem como as efetuadas por esta equipe, conforme consignado nos demais pontos deste relatório, não tendo sido expedidas recomendações, por parte desta CGU, diretamente relacionadas ao Sistema de Controle Interno da instituição.

5.3 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

De acordo com as informações prestadas pelo Banco no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2008, este item não é aplicável à natureza jurídica da unidade jurisdicionada.

5.4 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Segundo dados da *Intranet* do Banco do Brasil S.A., foram efetuados, em 2008, 27.391 processos de compras e contratações pelo Banco. Considerando tal montante de aquisições, tornou-se essencial o delineamento de estratégia eficiente para avaliar a regularidade dos processos licitatórios e dos atos relativos à dispensa e à inexigibilidade de licitação, em virtude dos limites de tempo e escopo inerentes ao trabalho de Auditoria sobre o Processo de Prestação de Contas.

Assim considerando, esta equipe de auditoria recorreu às seguintes fontes de dados que, em conjunto, foram utilizadas para a avaliação das aquisições efetuadas pelo Banco no ano de 2008:

- o conjunto de informações consolidadas sobre aquisição de bens e prestação de serviços ocorridas nos exercícios de 2006, 2007 e 2008, por modalidade de licitação, extraídas do sítio *Intranet* - Informações Gerenciais - Logística, do Banco do Brasil S.A.;

- os Relatórios da Auditoria Interna de n.º 2008/0001642, de 12/12/2008, e 2008/0001184, de 10/12/2008, relativos às análises efetuadas pela Auditoria Interna do Banco nos dossiês de compras e contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação;

- os processos de compras e contratações em vigor no ano de 2008, tendo como escopo os processos de n.º 2008/10269 (7418), 2008/7525 (7418), 2007/0093 (8558) e 2008/15948 (7418), objetos de exame durante a execução dos trabalhos de Acompanhamento de Gestão de 2008 e os processos de compras efetuadas por meio de dispensa por emergencialidade de n.º 2008014106, 2007033649 e 2007020854, objetos de exame durante o presente trabalho.

Os dados enviados pela entidade auditada a essa equipe de auditoria, contendo as aquisições e/ou contratações efetuadas pela entidade no período de 01/01/2008 a 31/12/2008, em conjunto com os dados relativos aos anos de 2007 e 2006, são sintetizados nos quadros a seguir:

Aquisição de bens e prestação de serviços - 2006

Modalidade	Número de Contratos	%	Valor (R\$)	%
Concorrência	17	0,04	27.447.568,59	1,05
Convite	398	1,04	27.410.932,50	1,05
Dispensa	36.126	94,01	1.371.314.962,94	52,48
Inexigibilidade	165	0,43	171.403.716,97	6,56
Pregão Eletrônico	1.202	3,13	903.286.663,85	34,57
Pregão Presencial	2	0,01	121.883,27	0,00
Tomada de Preços	516	1,34	112.023.459,92	4,29
TOTAIS	38.426	100	2.613.009.188,04	100

Fonte: Dilog . Diretoria de Logística

Aquisição de bens e prestação de serviços - 2007

Modalidade	Número de Contratos	%	Valor (R\$)	%
Concorrência	444	1,18	151.694.946,58	5,65
Convite	413	1,10	30.098.402,41	1,12
Dispensa	34.560	91,67	290.593.328,17	10,83
Inexigibilidade	277	0,73	222.489.300,14	8,29
Pregão Eletrônico	1.406	3,73	1.715.031.677,92	63,90
Pregão Presencial	7	0,02	98.866.188,58	3,68
Tomada de Preços	592	1,57	175.166.760,85	6,53
TOTAIS	37.699	100,00	2.683.940.604,65	100

Fonte: Dilog . Diretoria de Logística

Aquisição de bens e prestação de serviços - 2008

Modalidade	Número de Contratos	%	Valor (R\$)	%
Concorrência	145	0,49	355.613.104,76	6,29
Convite	208	0,71	18.428.036,30	0,33
Dispensa	27.088	92,10	372.879.206,97	6,60
Inexigibilidade	296	1,01	3.416.222.905,38	60,45
Pregão Eletrônico	1.119	3,80	1.159.557.185,99	20,52
Pregão Presencial	9	0,03	140.107.168,49	2,48
Tomada de Preços	546	1,86	188.551.749,16	3,34
TOTAIS	29.411	100,00	5.651.359.357,05	100

Fonte: Dilog . Diretoria de Logística

A análise dos dados acima revela uma predominância, em termos quantitativos, daquelas contratações ocorridas por meio de dispensa de licitação, nos três períodos em análise. Também se sobressai o volume de recursos utilizados nas aquisições de bens e serviços contratados por meio de inexigibilidade de licitação.

Tendo em vista a complexidade da instituição em foco, sua abrangência no território nacional, o elevado consumo de bens e serviços devido às suas dimensões, e a criticidade inerente ao tema, a estratégia adotada pela CGU com o objetivo de avaliar o macro-processo de aquisição de bens e serviços é o estabelecimento de um *Acompanhamento Sistemático*, que consiste no estudo detalhado dos seus fluxos e rotinas e o desenvolvimento de procedimentos específicos de auditoria, os quais se encontram em fase final de elaboração.

Os Relatórios da Auditoria Interna (Audit) de n.º 2008/0001642 - de 12/12/2008 - e 2008/0001184 - de 10/12/2008 - consolidam os resultados das análises efetuadas pela Auditoria Interna do Banco em dossiês de compras e contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação ocorridas entre 01/06/2007 a 27/06/2008. Segundo a Audit, os trabalhos tiveram a seguinte abrangência e metodologia:

"- análise de dossiês de compras e contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação, em base estatística, sendo o total da população composta de 31.086 contratos, considerando nível de confiança de 90% e margem de erro de 10%, resultando em 111 contratos (61 de dispensa e 50 de inexigibilidade);

- entrevistas, levantamento e análise de documentos, informações extraídas dos sistemas corporativos relacionados ao objeto sob avaliação; e

- testes para confirmar e correlacionar dados e informações."

O trabalho efetuado pela Auditoria Interna do Banco nos processos de dispensa e inexigibilidade selecionados resultou em detecção de falhas ou fragilidades em 34 processos de dispensa e 25 de inexigibilidade de licitação e originaram 12 recomendações às áreas responsáveis.

Verificadas por esta equipe de auditoria, as recomendações geradas a fim de mitigar as falhas e fragilidades encontradas pela auditoria interna do Banco nos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação foram em sua grande maioria consideradas suficientes.

Aqueles casos em que foi considerado necessário incremento às recomendações da Audit, o mesmo foi feito por meio de Nota de Auditoria, tendo os gestores adotado as providências cabíveis, ou serão tratados no bojo do *Acompanhamento Sistemático* citado anteriormente, em função de sua complexidade técnica.

Consignamos ainda, por oportuno, que as recomendações emitidas pela Audit têm sido implementadas pelas áreas responsáveis, em tempo hábil.

Conforme inicialmente informado, foram analisados 04 processos no ano de 2008 durante os trabalhos de Acompanhamento da Gestão, cujos resultados foram anexados ao presente trabalho. Encontra-se, a seguir, quadro resumo dos processos em questão:

Processos de licitação analisados durante o Acompanhamento da Gestão de 2008.

Processo Nº	Modalidade	Contratada	Objeto	Valor (R\$)
2008/10269 (7418)	Pregão Eletrônico	Sebastião Soares de Sousa-ME	Fornecimento/instalação de gradil com detalhe em "V" - Ed. Tancredo Neves em Brasília.	616.800,00
2008/7525 (7418)	Tomada de Preços	Lima Engenharia Ltda.	Adequação instalação Ed. Sede V p/acessibilidade.	182.166,44
2007/0093 (8558)	Concorrência	CAST Informática S.A.	Manutenção corretiva de sistemas de informação.	67.536.000,00
2008/15948 (7418)	Convite	Modulenge Construções Ltda.	Reforma Imóvel CSO COMPE - Goiânia-GO.	93.521,40

Fonte: elaborada pela equipe de auditoria a partir das informações dos processos.

Constituíram o escopo dos exames realizados nesses processos o correto enquadramento legal nas modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/93 e na Lei n.º 10.520/2002, a existência de justificativa de preços, o exercício do controle de alçadas pela instância responsável, a adequada composição dos processos e a eventual existência de condições editalícias que porventura restringissem a competitividade do certame, não sendo identificadas quaisquer impropriedades a serem mencionadas neste relatório.

Por fim, procedeu-se à análise dos processos de compras efetuadas por meio de dispensa por emergencialidade de n.º 2008014106, 2007033649 e 2007020854, que originaram, respectivamente, os contratos de n.º 200885580226, 200785580294 e 200785580045 firmados entre o Banco e a empresa Diskpar Logística e Automação Ltda, CNPJ 03.684.434.434/0002-27. Segue abaixo síntese das informações dos contratos em tela:

Processos de dispensa por emergencialidade analisados na Avaliação de Gestão de 2008

Contrato Nº	Vigência	Enquadramento	Contratada	Objeto	Valor (R\$)
200785580045	16/07/2007 a 11/01/2008	Art. 24 IV	DISKPAR LOGISTICA E AUTOMACAO	Fornecimento de bobinas de papel termossensível	R\$ 6.096.144,00
200785580294	10/12/2007 a 06/06/2008	Art. 24 IV	DISKPAR LOGISTICA E AUTOMACAO	Fornecimento de bobinas de papel termossensível	R\$7.387.563,00
200885580226	07/07/2008 a 02/01/2009	Art. 24 IV	DISKPAR LOGISTICA E AUTOMACAO	Fornecimento de bobinas de papel termossensível	R\$12.913.108,80

Fonte: elaborada pela equipe de auditoria a partir das informações dos processos.

As seguintes conclusões foram obtidas a partir da verificação dos processos acima:

- o objeto dos contratos foi adquirido tempestivamente, atendendo a real necessidade da unidade;

- a solicitação do objeto foi aprovada por agente competente, conforme determina os normativos internos do Banco;
- não foram identificadas situações que provocassem direcionamento nos processos de dispensa, ocorrendo adequada cotação de preços;
- não foi identificado fracionamento do objeto em tela;
- a escolha da modalidade de licitação foi adequada e devidamente justificada; e
- ocorreu nomeação de fiscal de contrato em conformidade com os normativos internos e externos que regem o tema .

Relativamente à emissão de termo de recebimento e aceite dos materiais adquiridos por meio dos contratos em análise, foram encontradas falhas para as quais os gestores apresentaram soluções prontamente, instruindo os responsáveis por sanear-las e promovendo adequação dos normativos internos do Banco à Lei 8.666/93.

5.5 REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

AValiação DO QUANTITATIVO DE PESSOAL:

O Banco informou que, em 31/12/2008, contava com a força de trabalho de 93.370 empregados (tendo como referência a quantidade de funcionários rodada na folha de pagamento, que inclui, além da força real de trabalho, os servidores cedidos, afastados, de licença, etc.), quantitativo 8,93% superior ao existente na mesma data do exercício anterior (85.716). As despesas de pessoal do quadro efetivo do Banco, no exercício sob análise, totalizaram R\$ 5.196.750.000, superior em 5,69% ao valor verificado no exercício de 2007 (R\$ 4.917.100.000).

Em 18/04/2008, a Portaria n.º 6, emitida pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) estabeleceu o limite de 91.000 empregados para o quadro de pessoal da entidade. Em vista deste normativo, o total de empregados em 2008 estaria acima dos parâmetros determinados por aquele órgão (diferença de 2.370), contudo, essa extrapolação aconteceu em virtude dos processos de incorporação dos Bancos do Estado de Santa Catarina (BESC) e do Estado do Piauí (BEP), ocorridas no segundo semestre de 2008. Sem considerar os empregados provenientes das instituições incorporadas, a força real de trabalho do Banco, em 31/12/2008, seria de 90.049 empregados, aí considerados os cedidos, afastados, de licença, etc., valor menor que o limite de 91.000 estabelecido.

Cabe ressaltar que foi emitida a Portaria n.º 2 pelo DEST, em 05/01/2009, elevando o limite de pessoal do Banco do Brasil de 91.000 para 94.491 empregados, adequando-se à nova realidade da empresa, após os processos de incorporação.

SISTEMA DE APRECIACÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES (SISAC)

O Banco do Brasil deve promover, mensalmente, a atualização do Sistema Sisac relativamente à movimentação (admissão e desligamento) de seu pessoal, o que foi realizado, segundo a administração da instituição.

A fim de atestar a conformidade dessa ação, foram realizados testes no SISAC e as divergências identificadas foram prontamente explicadas pelos gestores, de modo que não foi feita nenhuma recomendação sobre o assunto.

Cumpra registrar, por oportuno, que a Auditoria Interna do Banco do Brasil, manifestou-se em trabalho realizado em 2008, informando, em síntese, que os procedimentos de transmissão de arquivos aos órgãos reguladores, referentes aos admitidos e desligados do Banco, estão condizentes com o disposto na legislação e que os aplicativos utilizados na transmissão dos dados asseguram a fidedignidade quando à sua origem.

CESSÃO DE PESSOAS:

Em função da intempestividade na apresentação das informações solicitadas por esta equipe de auditoria, não foi possível realizar a análise sobre a regularidade de movimentação de pessoal da instituição com base em amostras de processos e cruzamento de dados, restando prejudicada a emissão de opinião pertinente à cessão de empregados pelo Banco em 2008.

Os dados apresentados pelos gestores estão demonstrados a seguir:

Informações sobre cessões de funcionários por tipo de cessão

Diretoria	Sem proventos				Cessão com ônus				Cessão sem ônus				Total por tipo de cessão			
	a	B	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d
Dipes ⁽¹⁾	2	2	15	0	2	0	11	3	150	33	428	155	154	35	454	158
Dires ⁽²⁾	0	0	0	0	42	0	123	0	117	7	644	69	159	7	767	69
Totais	2	2	15	0	44	0	134	3	267	40	1072	224	313	42	1221	227

Fonte: elaborada pela equipe a partir do Expediente Diretoria de Gestão de Pessoas - 2009/00412, de 27/04/2009.

Legenda:

- a) funcionário foi cedido em 2008 e continua cedido;
- b) funcionário foi cedido em 2008 e retornou em 2008;
- c) funcionário foi cedido em exercício anterior a 2008 e continua cedido;
- d) funcionário foi cedido em exercício anterior a 2008 e retornou em 2008;

(1) Dipes - Diretoria de Gestão de Pessoas: cessões destinadas a órgãos públicos e empresas controladas.

(2) Dires - Diretoria de Relacionamento Socioambiental: cessões destinadas a unidades patrocinadas pelo Banco, associações de funcionários e entidades sindicais.

Valores Pendentes de Ressarcimento.

Em R\$.

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Valor Pendente	19.623,22	56.218,77	93.346,14	207.734,38	1.719.553,58	2.096.476,09

Fonte: elaborada pela equipe a partir de informações prestadas pela Diretoria de Governo (Digov).

- as informações acima registram os valores pendentes de ressarcimento ao Banco, por exercício, com posição em 31/12/2008, ou seja, nesta data havia valores pendentes referentes a cada um dos exercícios representados.

- do montante demonstrado na tabela supra, 8 órgãos (18,2% do universo de 44), representam uma inadimplência de R\$ 1.299.037,12, ou seja, 62% do total de R\$ 2.096.476,09.

- segundo o gestor, "Dentre os valores apresentados como pendentes, existem alguns que são questionados pelos Órgãos Públicos e que estão sendo objeto de tratamento pelas áreas jurídicas de ambos os órgãos." Informa também que "(...) a representatividade das pendências de ressarcimento, relativas ao ano de 2008, são decorrentes de que alguns dos valores ainda encontram-se dentro do período de 90 dias, estabelecido pelo Decreto-Lei 4.050, para que os órgãos realizem o ressarcimento."

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos à administração do Banco do Brasil que implemente rotinas que permitam, para os próximos exercícios, o fornecimento das informações acerca da cessão de funcionários de forma tempestiva e no formato solicitado, que possibilitem a avaliação do controle interno.

5.6 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Foram identificadas 38 determinações referentes aos acórdãos e decisões exaradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para o Banco do Brasil, no exercício de 2008.

Em virtude das análises realizadas, verificamos o seguinte grau de atendimento da unidade, detalhado no anexo deste relatório:

- 25 determinações atendidas;
- 01 determinação não atendida;
- 02 determinações atendidas parcialmente;
- 06 determinações sobrestadas, face à interposição de recurso e/ou pedido de reexame junto ao Tribunal, ainda sem decisão; e
- 04 que não foram avaliadas durante os trabalhos realizados, tendo em vista que ainda se encontram em processo de certificação pela Auditoria Interna do Banco.

5.7 RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS

De acordo com as informações prestadas pelo Banco em seu Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2008, no período não houve fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.

5.8 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

A atuação da Auditoria Interna do Banco do Brasil (Audit), avaliada em trabalho específico realizado em 2007, cujos resultados foram reportados no Relatório de Auditoria sobre a Prestação de Contas daquele exercício, tem focado nos processos críticos da organização, atendendo à estratégia de cobrir todas as áreas da empresa.

Dos 291 trabalhos previstos para o exercício sob exame, entre processos críticos, empresas vinculadas e projetos especiais, 275 foram realizados, representando um percentual de 94,5% de execução. Cabe destacar a priorização dada aos trabalhos referentes aos processos críticos, conforme citado anteriormente, considerados de maior relevância, nos quais a Audit investiu 66,9% das horas líquidas, superando seu planejamento inicial.

A partir desses 275 trabalhos, houve o registro de 2.707 recomendações, das quais 2.506 já tiveram seu atendimento pelos gestores certificado pela Audit.

Relativamente ao Parecer da Auditoria Interna, verificamos sua adequada aderência à Portaria CGU 2.238/2008, bem como à DN TCU n.º 94/2008.

5.9 SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

Em atendimento à Decisão Normativa n.º 94, do TCU, o Banco do Brasil apresentou as informações consolidadas acerca dos gastos com cartões corporativos. Com o intuito de permitir a avaliação da regularidade desses gastos por esta CGU, foi solicitado também o fornecimento das informações detalhadas.

Os gestores, entretanto, não atenderam essa solicitação, informando que o detalhamento desses gastos revelaria dados sobre negócios ou potenciais negócios que podem expor o Banco e clientes perante terceiros, notadamente a concorrência, comprometendo o sigilo comercial.

Restou prejudicada, portanto, a análise da regularidade da utilização dos cartões de crédito corporativo **“(A informação aqui contida**

foi suprimida, por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo fiscal, bancário e/ou comercial, na forma da lei)"

5.10 CONTEÚDO ESPECÍFICO

5.10.1 Órgãos e Entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM

No intuito de atender ao disposto na Decisão Normativa n.º 94 do TCU, item 2 do conteúdo específico por unidade jurisdicionada, e analisar a gestão das ações de publicidade e propaganda no âmbito do Banco do Brasil, atuamos em duas frentes de trabalho:

- avaliação do atendimento das recomendações exaradas no Relatório de Auditoria Especial n.º 166917, de 11/09/2006, que trouxe os resultados dos exames realizados sobre os atos e fatos de gestão relativos à contratação de empresa de propaganda, objeto de denúncia, no período de 22/03/2000 a 30/06/2005.

- análise de relatório emitido pela Audit, em 2008, que teve como objetivo a avaliação de "Licitação e Administração de Contratos e Marketing Cultural", no âmbito dos 3 Centros Culturais do Banco do Brasil.

AVALIAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES EXARADAS NO RELATÓRIO DE AUDITORIA ESPECIAL N.º 166917:

No Relatório de Auditoria Especial n.º 166917, encaminhado ao TCU para subsidiar o julgamento das Contas do exercício de 2005, foram exaradas várias recomendações, cujo teor pode ser dividido em dois grandes grupos:

a) recomendações para a apuração de responsabilidades: esse grupo de recomendações foi analisado durante a Auditoria sobre o Processo de Contas de 2006 e 2007, quando foi verificada a instauração dos processos para a apuração de responsabilidade, sendo que a conformidade dos procedimentos apuratórios está sendo avaliada pela Corregedoria-Geral Adjunta da Área Econômica desta CGU.

b) recomendações para a tomada de providências: foram analisadas 33 recomendações, tendo como base, inclusive, trabalho realizado pela Auditoria Interna do Banco do Brasil sobre o assunto, tendo sido consideradas como atendidas 31 recomendações; as outras duas encontram-se sobrestadas, aguardando o julgamento de recursos interpostos.

AVALIAÇÃO QUANTO AO TRABALHO DA AUDITORIA INTERNA SOBRE MARKETING CULTURAL

No decorrer de 2008 a Auditoria Interna do Banco do Brasil realizou trabalhos nos três Centros Culturais do Banco, localizados em Brasília/DF, São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ.

Os exames permitiram à Audit conclusões sobre a observância das disposições legais, dos normativos internos, das cláusulas contratuais, bem como a obtenção de vantagens negociais para o Banco. Foi avaliado, também, no âmbito estratégico, o gerenciamento e as ações de controles exercidas pela Diretoria de Marketing em relação àqueles Centros.

A equipe de auditoria interna registrou que as ações de gerenciamento de riscos e controle vinculadas às atividades de contratação e pagamento de contratos relacionados ao Marketing Cultural nos CCBs carecem de aprimoramento para garantir o cumprimento integral dos normativos internos e da legislação aplicável, com exceção daquelas desenvolvidas no CCB de Brasília.

Ressalta-se que, para as recomendações formuladas pela Auditoria Interna que já foram certificadas, as providências adotadas pelas unidades do Banco para elidir as questões apontadas foram suficientes, na opinião da própria Audit.

Destaca-se, acerca do assunto, a iniciativa do Banco do Brasil que propôs a modificação da arquitetura organizacional da Diretoria de Marketing e definiu a migração de atividades dos CCBs para o Centro de Serviços de Logística (CSL) do Rio de Janeiro, para proporcionar melhoria na segregação de funções e mitigar os riscos incorridos nas atividades de contratação, administração e pagamentos de contratos.

5.11 CONSTATAÇÕES QUE RESULTARAM EM DANO AO ERÁRIO

As constatações verificadas estão consignadas no Anexo - "Demonstrativo das Constatações", não tendo sido estimada pela equipe ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria, a partir das constatações levantadas pela equipe, que estão detalhadamente consignadas no Anexo - "Demonstrativo das Constatações" deste Relatório.

Brasília, 19 de junho de 2009.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

CERTIFICADO DE AUDITORIA

CERTIFICADO N° : 224074
UNIDADE AUDITADA : Banco do Brasil S.A.
CÓDIGO : 179084
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO N° : 20090000866
CIDADE : Brasília - DF

Foram examinados, quanto à legitimidade e legalidade, os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, praticados no período de **01/01/2008 a 31/12/2008**.

2. Os exames efetuados pela equipe de auditoria, cujo escopo e resultados encontram-se consignados no Relatório de Auditoria n° 224074, constante deste processo, atentaram para o estabelecido na legislação federal aplicável, tiveram como base os documentos e registros disponibilizados pela entidade e contemplaram os procedimentos julgados necessários para avaliação dos aspectos de gestão delimitados pelas Decisões Normativas do Tribunal de Contas da União 94/2008 e 97/2009.

3. Considero, diante dos exames aplicados e de acordo com mencionado no parágrafo segundo:

3.1. No que concerne à gestão dos responsáveis constantes do art. 10 da IN TCU n° 57/2008:

3.1.1. REGULAR a gestão dos responsáveis.

Brasília, 19 de junho de 2009.

VICTOR GODOY VEIGA
Coordenador-Geral de Auditoria da Área Fazendária I



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO N° : 20090000866
UNIDADE AUDITADA : BANCO DO BRASIL S.A.
CÓDIGO UG : 179084
CIDADE : BRASÍLIA
RELATÓRIO N° : 224074
UCI EXECUTORA : 170961

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da unidade acima referida, expresse, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício, cuja certificação foi pela Regularidade.

O Banco do Brasil é um dos principais agentes na execução das políticas públicas estabelecidas pelo Governo Federal e sua atuação, complementada em alguns casos pela Fundação do Banco do Brasil, ocorre por meio da execução de 42 ações não-orçamentárias e 6 ações do Orçamento de Investimento inseridas em 27 Programas de Governo de vários Ministérios.

As metas da maior parte dessas ações foram atingidas ou tiveram satisfatoriamente esclarecidas as discrepâncias verificadas. Nos casos em que os esclarecimentos apresentados não foram considerados suficientes para justificar a não consecução das metas estabelecidas, foi recomendado ao Banco que aperfeiçoe a metodologia de planejamento das mesmas.

No que se refere aos resultados institucionais, os valores obtidos no exercício foram superiores em relação ao registrado no ano anterior, especialmente quanto ao lucro líquido de R\$ 8,8 bilhões, 74% superior ao registrado em 2007, e ao patrimônio líquido, que totalizou R\$ 29,9 bilhões em dezembro, representando aumento de 23,4% em relação ao mesmo período. A

carteira de crédito, de R\$ 224,8 bilhões, e a receita de operações de crédito, de R\$ 33,2 bilhões, também cresceram no período, com aumento de 39,9% e 31,5%, respectivamente, em relação a 2007. Ainda, foram observados resultados satisfatórios nos 91 indicadores inseridos em seu Plano Diretor.

Quanto aos controles internos do Banco, verificou-se a adequada atuação da Auditoria Interna em atendimento à Resolução CMN 2554/98, que avaliou as principais realizações da entidade em 2008 para análise e aprimoramento de seu Sistema de Controles Internos - SCI, não tendo sido identificadas fragilidades merecedoras de recomendações.

Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VIII, art. 12 da IN/TCU/N.º 57/2008 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo pode ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 19 de junho de 2009.

MARCOS LUIZ MANZOCHI
DIRETOR DE AUDITORIA DA ÁREA ECONÔMICA